

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. Você recebeu do fiscal o seguinte material:
  - a) Este Caderno de Questões com o enunciado das 70 (setenta) questões da prova objetiva;
  - b) Uma (1) **Folha de Respostas**, destinada às respostas das questões da prova objetiva.
2. Somente após autorizado o início da prova, verifique se este Caderno de Questões está completo e em ordem. Notifique ao fiscal qualquer irregularidade **IMEDIATAMENTE**. Folhear o Caderno de Questões antes do início da prova implica na eliminação do candidato.
3. É responsabilidade do candidato certificar-se de que recebeu a prova correspondente à área de formação para a qual concorre (verifique o cabeçalho do Caderno de Questões). Notifique ao fiscal qualquer irregularidade.
4. Verifique se as informações contidas na **Folha de Respostas** estão corretas. Caso contrário, notifique o fiscal.
5. Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da **Folha de Respostas**, à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.
6. Tenha muito cuidado com a **Folha de Respostas** para não **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A **Folha de Respostas** somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
7. Para cada uma das questões são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma ou de mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.
8. Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TODO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A leitora ótica é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos “espaços em branco” possível dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.
9. Será **ELIMINADO** do Concurso o candidato que:
  - a) for surpreendido durante o período de realização de sua prova portando (carregando consigo, levando ou conduzindo) armas ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, qualquer tipo de relógio com mostrador digital, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, controle de alarme de carro, etc) quer seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova. Item 9.19, alínea “c” do edital.
  - b) ausentar-se da sala de prova, durante o período de realização de sua prova, portando a folha de respostas da prova objetiva, o caderno de questões, ou quaisquer equipamentos eletrônicos. Item 9.19, alínea “h” do edital.
10. Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
11. Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a **Folha de Respostas**. **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
12. Ao candidato somente será permitido levar o Caderno de Questões 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.
13. Por motivo de segurança, a FUNRIO procederá no ato da aplicação da prova, à coleta da impressão digital de cada candidato, sendo a mesma recolhida no ato de sua apresentação para posse, de forma que estas possam ser confrontadas. Item 9.17 do edital.
14. Cronograma

Divulgação na internet dos gabaritos preliminares das provas objetivas	10/03
Interposição de recursos contra os gabaritos preliminares das provas objetivas	11 e 12/03
Divulgação na internet do resultado do julgamento dos recursos contra os gabaritos preliminares das provas objetivas; Divulgação na internet dos gabaritos definitivos; Divulgação na internet do resultado preliminar das provas objetivas; Vista do cartão de respostas e interposição de recursos contra o resultado preliminar das provas objetivas	03/04
Divulgação na internet do resultado do julgamento dos recursos contra o resultado preliminar das provas; Divulgação na internet do resultado final das provas objetivas	10/04

## ◆ Língua Portuguesa ◆

As questões 01 a 05 tomarão por base o seguinte texto:

**TECNOLOGIA EDUCACIONAL E DIGITAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO**

Elaine Turk Faria

O objetivo deste artigo é apresentar um estudo sobre as possibilidades e necessidade de utilização da tecnologia digital nas instituições de ensino, bem como da introdução da cultura tecnológica entre alunos e professores, onde se inclui a educação à distância e as disciplinas semipresenciais no ambiente acadêmico.

Com frequência, lemos nos jornais, revistas e na literatura científica atual o quanto nossos jovens estão familiarizados com a tecnologia e têm facilidade no seu manuseio. Veem e Vrakking (2009) denominam os jovens desta época de “geração *homo zappiens*, que cresceu usando múltiplos recursos tecnológicos desde a infância”. Para estes autores, a geração *homo zappiens* é digital, e a escola é analógica. Reforçando essa posição, Marc Prensky, educador americano, escreveu um artigo em 2001 sobre os *imigrantes digitais* e os *nativos digitais*, em que faz uma divisão entre os que veem o computador como uma novidade e os que não imaginam a vida antes dele, pois têm contato com a tecnologia logo após o nascimento.

Esta situação, vivenciada na sociedade contemporânea, tem implicações tanto nas escolas de educação básica quanto nas universidades, já que este é o novo perfil dos estudantes e dos acadêmicos. Conseqüentemente, os cursos de licenciatura, onde se inclui também o curso de Pedagogia, têm de preparar os futuros professores para atuarem neste contexto.

[Texto adaptado]

Fonte: Aprender e ensinar: diferentes olhares e práticas.  
Maria Beatriz Jacques Ramos & Elaine Turk Faria (orgs.).  
Porto Alegre: PUCRS, 2011, p. 13.

Questão 01

Ao mencionar os “imigrantes digitais” e os “nativos digitais”, o texto os identifica, respectivamente, como

- A) quem vê o computador como uma invenção recente e quem vê o computador como um recurso bastante conhecido.
- B) quem vê o computador como uma inovação e quem vê o computador como algo que sempre fez parte de sua vida.
- C) quem vê no computador um aliado assustador e quem vê no computador uma ferramenta de auxílio.
- D) quem vê no computador uma novidade intimidativa e quem vê no computador um companheiro inseparável.
- E) quem vê um computador pela primeira vez e quem vê um computador todos os dias.

Questão 02

Uma fonte citada no texto denomina os jovens de nossos tempos como “geração *homo zappiens*, que cresceu usando múltiplos recursos tecnológicos desde a infância”. O neologismo “*homo zappiens*” combina as formas “*homo sapiens*” e “zap”, com o intuito de

- A) fazer uma associação entre o hábito de se usar frequentemente o controle remoto e estar em contato com variados recursos eletrônicos.
- B) ironizar o excesso de utilização dos recursos tecnológicos por parte da juventude, que por isso mesmo pode deixar os estudos em segundo plano.
- C) mostrar que o homem, desde os tempos mais remotos, sempre avançou em busca de conhecimento, o que justifica a metáfora com a palavra inglesa.
- D) conectar criativamente a língua latina e a língua inglesa na formação de uma palavra que teria vida breve na língua portuguesa.
- E) expressar uma crítica velada aos jovens que passam mais tempo diante dos computadores do que envolvidos nas tarefas propostas pela escola.

Questão 03

Os autores citados no texto dizem que a geração *homo zappiens* é digital e que a escola é analógica. Isso contrasta, respectivamente, as atitudes de

- A) sentir inquietação & sentir quietude.
- B) ter voluntarismo & ter sedentarismo.
- C) adquirir universalidade e produzir resistência.
- D) mostrar modernidade e estar superado.
- E) preferir acomodação e semear precariedade.

Questão 04

A autora do texto defende que todas as escolas dos dias de hoje precisam

- I. fomentar a cultura tecnológica no corpo discente;
- II. fomentar a cultura tecnológica no corpo docente;
- III. incluir a educação à distância;
- IV. oferecer disciplinas semipresenciais;
- V. preparar professores para lidar com a tecnologia.
- VI. utilizar tecnologia digital;

Quantas dessas indicações estão coerentes com o que o texto diz explicitamente?

- A) Todas as seis.
- B) Apenas as quatro primeiras.
- C) Apenas as quatro últimas.
- D) Cinco delas.
- E) Nenhuma delas.

Questão 05

No último parágrafo, a autora diz que “esta situação, vivenciada na sociedade contemporânea, tem implicações tanto nas escolas de educação básica quanto nas universidades, já que este é o novo perfil dos estudantes e dos acadêmicos”.

Assinale a alternativa que reescreve o trecho acima sem comprometer o significado original.

- A) Como o novo perfil dos estudantes e dos acadêmicos é este, o que se vivencia na sociedade atual é uma situação que tem implicações sobretudo nas escolas de educação básica e nas universidades.
- B) Esta situação, que a sociedade contemporânea vivencia, tem implicações não só nas escolas de educação básica como nas universidades, tendo em vista que este é o novo perfil tanto dos estudantes quanto dos acadêmicos.
- C) A sociedade contemporânea tem vivenciado esta situação, cujas implicações se dão não apenas nas escolas de educação básica, mas inclusive nas universidades, porquanto este perfil é muito novo entre estudantes e acadêmicos.
- D) A vivência da sociedade contemporânea em relação a este novo perfil de estudantes e acadêmicos é uma situação que implica escolas de educação básica e universidades.
- E) Já que a sociedade contemporânea vivencia uma situação que implica tanto as universidades quanto as escolas de educação básica, esse é o novo perfil dos estudantes e dos acadêmicos.

As questões 06 a 10 tomarão por base o seguinte texto:

### ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: DESAFIOS À DOCÊNCIA

Elis Regina Fogaça Silveira

Segundo a Organização Mundial de Saúde, os superdotados formam de 1% a 3% da população. Há quem diga, porém, que essa porcentagem se refere apenas aos talentos que se destacam nas áreas intelectuais ou acadêmicas. Porém, se avaliarmos as competências dessas crianças, referentes à liderança, criatividade, psicomotricidade e artes, as estatísticas aumentarão consideravelmente.

Esse grupo tem sido mal identificado no Brasil, demonstrando como existem tabus a serem rompidos, pelo desconhecimento do tema por parte não só da sociedade, mas também da escola e família. Já é fato que, se uma criança com Altas Habilidades não é estimulada intelectualmente, podem ocorrer alterações de comportamento como resposta à frustração vivenciada por ela. É comum que alunos se tornem entediados e retraídos diante da rotina escolar, e a falta de oportunidades do meio pode levar o sujeito à indiferença, à apatia e a reações agressivas, podendo chegar até mesmo a ocultar seus talentos.

De acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação Especial, a identificação da criança com Altas Habilidades deve ocorrer o mais cedo possível, já na pré-escola, visando ao pleno desenvolvimento de suas capacidades e ao seu ajustamento social. Cada aluno deve ser atendido em sua totalidade. A proposta é utilizar fontes múltiplas na identificação, não enfatizando resultados em testes de QI, mas considerando importante conhecer a história de vida familiar e escolar do aluno, seus interesses, suas preferências e padrões de comportamento social em variadas oportunidades e situações. O processo de identificação deve caracterizar um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar, ressaltando um compromisso socioeducacional mais amplo.

Sabe-se que a inteligência apresenta predisposição genética, mas o meio cultural é, sem dúvida, propulsor para o aperfeiçoamento das habilidades. Assim como os pássaros dependem das duas asas para levantar voo, as crianças portadoras de Altas Habilidades/Superdotação necessitam de um meio familiar e social acolhedores que possibilitem a sua integração.

[Texto adaptado]

Fonte: Aprender e ensinar: diferentes olhares e práticas.  
Maria Beatriz Jacques Ramos & Elaine Turk Faria (orgs.).  
Porto Alegre : PUCRS, 2011, p. 101.

#### Questão 06

A Organização Mundial de Saúde diz que o número de superdotados em nosso planeta fica entre 1% e 3% da população. Pelas informações contidas no texto, sabe-se que a OMS considera superdotadas as crianças que se destacam nas seguintes áreas ou competências:

- A) criatividade e psicomotricidade.
- B) liderança e estatística.
- C) intelectual e acadêmica.
- D) sensibilidade artística e musical.
- E) talento e memória.

#### Questão 07

Que razão o texto apresenta para que alunos se tornem entediados e retraídos diante da rotina escolar?

- A) A falta de estímulo intelectual.
- B) A inexistência de equipamentos eletrônicos.
- C) A violência no ambiente familiar.
- D) O despreparo dos professores.
- E) A pouca atratividade dos assuntos.

Questão 08

Os procedimentos para identificar as crianças portadoras de altas habilidades incluem os seguintes pontos:

- I. aplicação de testes de QI;
- II. levantamento do histórico familiar;
- III. avaliação do histórico escolar;
- IV. confronto entre interesses e preferências;
- V. prescrição do comportamento social.

Quantas dessas indicações estão coerentes com o que o texto diz explicitamente?

- A) Todas as cinco.
- B) Apenas as três primeiras.
- C) Apenas as três últimas.
- D) Quatro delas.
- E) Nenhuma delas.

Questão 09

Diz o texto que “o processo de identificação deve caracterizar um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar, ressaltando um compromisso socioeducacional mais amplo.”

Entende-se um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar como aquele que

- A) envolve mais de uma disciplina.
- B) ultrapassa o conteúdo da grade curricular.
- C) ajuda a controlar a disciplina na escola
- D) ressalta um compromisso socioeducacional amplo.
- E) é realizado antes dos conteúdos de cada disciplina.

Questão 10

O texto defende o seguinte ponto de vista:

- A) Os pássaros dependem das duas asas para levantar voo porque não mostram capacidade de integração.
- B) O meio cultural é fator decisivo para permitir a integração familiar como um ambiente social acolhedor.
- C) A inteligência apresenta predisposição propulsora para o aperfeiçoamento das habilidades.
- D) A predisposição genética não é o único fator que causa o desenvolvimento da inteligência.
- E) As crianças superdotadas são acolhedoras e aperfeiçoam suas habilidades em ambientes culturais.

◆ **Ética no Serviço Público** ◆

Questão 11

Quanto à Comissão de Ética Pública, nos termos do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, é correto afirmar que

- A) É composta 9 (nove) por brasileiros que preencham os requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública.
- B) É assegurada remuneração a todos os membros, a qual será variável em razão do número de reuniões de que participarem.
- C) Seu Presidente não terá direito de manifestar-se nas deliberações da Comissão, nem mesmo com voto de qualidade.
- D) Seus membros possuem mandatos de 5 (cinco) anos, permitidas até duas reconduções.
- E) A atuação no âmbito da Comissão de Ética Pública não enseja qualquer remuneração para seus membros.

Questão 12

Atuar como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado em matéria de ética pública constitui competência da

- A) Secretaria Executiva de Ética Pública.
- B) Comissão de Avaliação Institucional.
- C) Coordenadoria de Ética Profissional.
- D) Comissão Permanente de Avaliação Ética.
- E) Comissão de Ética Pública.

Questão 13

De acordo com o Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, os trabalhos das comissões de ética devem ser desenvolvidos com celeridade e com observância, dentre outros, do princípio da

- A) independência e parcialidade de seus membros na apuração dos fatos.
- B) exposição indiscriminada da pessoa investigada.
- C) conclusão abreviada da investigação, independentemente do contraditório e da ampla defesa.
- D) divulgação imediata da identidade do denunciante.
- E) proteção à honra e à imagem da pessoa investigada.

Questão 14

Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, constitui vedação ao servidor público

- A) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- B) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- C) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração ao Código de Ética de sua profissão.
- D) conservar limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
- E) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.

Questão 15

O Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal foi instituído com a finalidade de promover atividades que dispõem sobre a conduta ética no âmbito do Executivo Federal, possuindo, dentre outras, a competência de

- A) implementar políticas públicas onde a transparência e o acesso à informação são instrumentos dispensáveis ao exercício de gestão da ética pública.
- B) articular ações com vistas a estabelecer e efetivar procedimentos de incentivo e incremento ao desempenho institucional na gestão da ética pública do Estado brasileiro.
- C) permitir a utilização de artifícios destinados a procrastinar o exercício de direito por qualquer cidadão.
- D) utilizar meios que impeçam a compatibilização e a interação de normas e procedimentos relativos à ética pública.
- E) discriminar e segregar os órgãos, programas e ações relacionados com a ética pública.

◆ Noções de Informática ◆

Questão 16

Todos os recursos presentes na Internet são localizados por meio de um endereço único conhecido como

- A) DNS.
- B) FTP.
- C) HTML.
- D) HTTP.
- E) URL.

Questão 17

Num aplicativo de navegação da Internet, como o Microsoft Internet Explorer ou o Mozilla Firefox, a listagem que registra todos os acessos realizados a páginas em um determinado intervalo de tempo é chamada de

- A) Cache.
- B) Extensões.
- C) Favoritos.
- D) Histórico.
- E) Navegação.

Questão 18

Google é uma empresa multinacional de serviços *online* e *software* dos Estados Unidos, que hospeda e desenvolve uma série de serviços e produtos baseados na Internet. Muito conhecido pela sua ferramenta de pesquisa na Web, o Google possui um navegador de Internet denominado

- A) Android.
- B) Browser.
- C) Chrome.
- D) Google+.
- E) Safari.

Questão 19

Analise as seguintes afirmações sobre os campos de destinatários de mensagens de um aplicativo de correio eletrônico:

- I. Para: é um campo obrigatório com um único endereço de e-mail do destinatário principal da mensagem.
- II. Cc: é um campo opcional com uma lista de endereços de e-mail de destinatários para quem a mensagem será enviada como uma cópia.
- III. Cco: é um campo opcional com uma lista de endereços de e-mail de destinatários que ficarão ocultos para os demais destinatários.

Quantas dessas afirmações estão corretas?

- A) Nenhuma delas está correta.
- B) Somente as duas primeiras estão corretas.
- C) Somente a primeira e a terceira estão corretas.
- D) Somente as duas últimas estão corretas.
- E) Todas estão corretas.

Questão 20

Num aplicativo de edição de textos como o Microsoft Word ou o LibreOffice Writer, existem procedimentos utilizando o *mouse* para selecionar trechos do texto com que o qual se vai trabalhar para, por exemplo, aplicar certos efeitos a ele. Considerando o *mouse* com a configuração padrão, analise as afirmações abaixo sobre formas de selecionar trechos de um texto:

- I. Para selecionar um trecho qualquer, pode-se clicar com o botão esquerdo do mouse no início do trecho desejado e arrastar o mouse até o final do mesmo.
- II. Para selecionar apenas uma palavra, o usuário pode aplicar um clique duplo com o botão esquerdo do mouse na palavra desejada.
- III. Para selecionar apenas um parágrafo, o usuário pode aplicar um clique triplo com o botão esquerdo do mouse em qualquer palavra inserida no parágrafo desejado.

Quantas dessas afirmações estão corretas?

- A) Nenhuma delas está correta.
- B) Somente as duas primeiras estão corretas.
- C) Somente a primeira e a terceira estão corretas.
- D) Somente as duas últimas estão corretas.
- E) Todas estão corretas.

Questão 21

Numa planilha eletrônica como o Microsoft Excel ou o LibreOffice Calc, suponha que a célula C3 armazene a fórmula =A1+B2. Ao selecionar a célula C3, recortar ou cortar (operação equivalente ao atalho Ctrl+X) e colar na célula D4 (operação equivalente ao atalho Ctrl+V), qual será a fórmula armazenada na célula D4?

- A) =A1+B2
- B) =A2+B3
- C) =A3+B4
- D) =B1+C2
- E) =B2+C3

Questão 22

No painel de controle do Windows 7, é possível ajustar várias configurações do sistema, organizadas por categoria. Qual alternativa **não** é uma configuração da categoria Aparência e Personalização?

- A) Cor da janela;
- B) Economia de energia;
- C) Efeitos de som;
- D) Plano de fundo da área de trabalho;
- E) Proteção de tela.

◆ Noções de Administração ◆

Questão 23

“Taxa de retorno que remunera adequadamente a empresa, tendo em conta o risco presente” (SOBRAL; PECI, 2013). Eis a definição de

- A) Custo de Oportunidade;
- B) Valor Presente Líquido;
- C) Taxa Interna de Retorno;
- D) Taxa de Desconto;
- E) Inflação Interna.



Questão 24

Em um mundo em rápida transformação, funcionários permanentes limitam a flexibilidade da Organização. Um grande contingente de mão de obra permanente, por exemplo, restringe as opções gerenciais e aumenta os custos das organizações que sofrem os altos e baixos dos ciclos do mercado. Portanto, \_\_\_\_\_ é um expediente que vem sendo usado em Organizações do mundo inteiro na busca de melhor adequação dos seus quadros de pessoal.

A lacuna acima se preenche com a seguinte alternativa:

- A) a Flexibilização de Mão de obra;
- B) a Diversidade de Mão de obra;
- C) a Redução do Quadro de Pessoal;
- D) a Reengenharia de Processos;
- E) o Desmantelamento da Hierarquia.

Questão 25

Para cumprir adequadamente as funções de armazenagem, no que se refere ao abrigo de produtos, o projeto do Depósito de Materiais em uma indústria de bebidas alcoólicas, deve levar em conta

- A) o período de tempo que se espera que os produtos permaneçam guardados.
- B) a facilidade de fracionar quantidades transferidas em grandes volumes para quantidades menores demandadas pelos clientes.
- C) o controle de estoque.
- D) a movimentação do material.
- E) as linhas de produção da indústria.

Questão 26

Considerando os conceitos de funções, de gráficos e de equações, descritos a seguir, analise as três afirmações seguintes:

I – **Funções:** se a cada valor que a variável X pode assumir corresponder um ou mais valores da variável Y, diz-se que Y é função de X e escreve-se  $Y = F(X)$  (ler “Y igual á função de X) para indicar dependência funcional.

II – **Gráficos:** um gráfico é uma representação gráfica de relação entre variáveis. Muitos tipos de gráficos são empregados na estatística, dependendo da natureza dos dados pertinentes à finalidade para o qual cada um deles é destinado.

III – **Equações:** equações são representações da forma  $A = B$ , onde A é chamado o primeiro membro da equação e B o segundo membro da equação. Sempre que se efetuam as mesmas operações em ambos os membros de uma equação, obtêm-se equações equivalentes. Assim pode-se adicionar, subtrair, multiplicar e dividir ambos os membros de uma equação pelo mesmo valor e obter uma equivalência, com a única exceção da divisão por zero, que não é permitida.

Quantas dessas afirmações estão corretas?

- A) As duas primeiras.
- B) A primeira e a terceira.
- C) As duas últimas.
- D) Todas estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

Questão 27

Analise as seguintes ações relativas à saúde do trabalhador:

- I. Programar e executar planos de proteção à saúde do trabalhador;
- II. Analisar a fadiga dos empregados, indicando medidas preventivas;
- III. Proceder ao levantamento das doenças profissionais e lesões traumáticas e estudos epistemológicos, analisando os resultados com vistas às atividades preventivas.

Essas três ações são desenvolvidas na

- A) prevenção sanitária;
- B) medicina ocupacional;
- C) medicina preventiva;
- D) ergonomia assistencial;
- E) assistência social ao empregado.

Questão 28

“A expressão do \_\_\_\_\_ de uma série formada por  $n$  capitais considerando a taxa de juros  $i$  com período igual à periodicidade dos pagamentos.” (LAPPONI, 1996), pode também ser definida como “valor atual dos fluxos futuros associados ao investimento, descontado o investimento inicial.” (SOBRAL; PECI, 2013)

A lacuna acima se preenche com a seguinte alternativa:

- A) retorno do investimento;
- B) método *payback* simples;
- C) método *payback* descontado;
- D) valor futuro líquido;
- E) valor presente líquido.

◆ **Conhecimentos Específicos** ◆

Questão 29

Com relação ao conceito de empresário, nos termos do Código Civil, está correta a seguinte afirmação:

- A) Considera-se empresário quem exerce, mesmo sem habitualidade e de forma amadora, atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- B) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- C) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens, excetuada a prestação de serviços.
- D) Considera-se empresário quem exerce de forma amadora atividade beneficente organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- E) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade beneficente organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Questão 30

A teoria da posse, adotada pelo Código Civil Brasileiro, denomina-se

- A) teoria subjetiva de Savigny.
- B) teoria fazendária de Caio Mário da Silva Pereira.
- C) teoria privatista.
- D) teoria objetiva de Ihering.
- E) teoria patrimonialista.

Questão 31

Com relação à posse, é correto afirmar que

- A) é um Direito Real.
- B) é um Direito Obrigacional.
- C) está inserida no livro de Direito das Coisas.
- D) está inserida no livro de Direito da Família.
- E) o Código Civil não regula a matéria.

Questão 32

O instituto que possibilita ao devedor (ou outrem por ele) a entrega do imóvel ao credor, cedendo-lhe o direito de perceber, em compensação da dívida, os frutos e rendimentos, denomina-se

- A) anticrese.
- B) penhora.
- C) hipoteca.
- D) penhor.
- E) mútuo mercantil.

Questão 33

Quando ocorre a novação?

- A) Quando o credor consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- B) Quando o devedor contrair com o credor nova dívida para extinguir e não substituir a anterior.
- C) Quando a novação por substituição do devedor não puder ser efetuada independentemente de consentimento deste.
- D) Quando o novo devedor for insolvente, tendo o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro devedor.
- E) Quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo.

Questão 34

Pedro Ernesto foi notificado em 10 de maio de 2012 (quinta-feira) de uma decisão proferida pelo Delegado do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro, que acaba por violar direito líquido e certo seu, conforme interpretação emprestada por seu advogado. Inconformado e ante a impossibilidade de interpor recurso administrativo, resolve impetrar mandado de segurança, que vem a ser impetrado no dia 10 de setembro de 2012, perante a Justiça Federal.

No tocante aos fatos narrados é correto afirmar que o impetrante

- A) cumpriu o prazo legal, uma vez que este somente leva em conta dias úteis.
- B) não cumpriu o prazo para impetrar o mandado de segurança, em face de sua natureza decadencial e portanto o mesmo não seria prorrogado, em face do feriado do dia 07/09/2012.
- C) cumpriu o prazo legal que se encerrou no dia 07/09/2012, porém por ser feriado o mesmo foi estendido para o 1º dia útil.
- D) cumpriu o prazo de 130 dias para impetrar mandado de segurança.
- E) não cumpriu o prazo para impetrar mandado de segurança, que é de natureza de prescrição.

Questão 35

Julgado o mandado de segurança de Pedro Ernesto, ele não vem a ser acolhido, sendo que a Autoridade Coatora recorre ao Tribunal Regional Federal, que, por maioria de votos, reforma a decisão para acolher a intempestividade de sua impetração. Em face do ocorrido, pergunta-se qual o recurso, em tese, cabível, valendo ressaltar que não existe omissão, ponto que o acórdão deveria ter se pronunciado, ou contradição para ser esclarecida?

- A) Embargos de declaração;
- B) Embargos infringentes;
- C) Recurso de revista;
- D) Recurso especial e recurso extraordinário;
- E) Agravo de instrumento.

Questão 36

No tocante à possibilidade de reconvenção no processo sumário, é correto afirmar que

- A) o procedimento sumário não possibilita ao réu a formulação de pedido contraposto, mesmo que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
- B) o procedimento sumário possibilita ao réu a formulação de pedido contraposto, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
- C) o pedido contraposto no processo sumário é incompatível com o rito adotado pelo Código de Processo Civil.
- D) o pedido contraposto no processo sumário é possível, desde que com anuência do Autor.
- E) o procedimento sumário possibilita ao réu a formulação de pedido contraposto, mesmo que não fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.

Questão 37

Uma ação de procedimento ordinária é proposta em face do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, representado pela Procuradoria-Regional Federal e uma sociedade empresária localizada em São Paulo, também representada por advogado próprio. O Juiz determina a citação dos 3 réus. A ação é ajuizada perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. O prazo de defesa do Instituto Nacional da Segurança, autarquia federal fictícia, é de

- A) 60 dias;
- B) 15 dias;
- C) 30 dias;
- D) 45 dias;
- E) 90 dias.

Questão 38

Quando duas partes (litisconsortes) em processo civil são representadas por advogados distintos, o prazo

- A) é o ordinário do Código de Processo Civil.
- B) é fixado, neste caso, pelo Juiz para cada etapa.
- C) é contado em dobro.
- D) é o ordinário, porém corre em comum, impossibilitando a retirada dos autos.
- E) é o ordinário, porém corre sucessivo, possibilitando a retirada dos autos.

Questão 39

Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, poderá proceder a que procedimento processual para resguardar seus direitos?

- A) Oposição;
- B) Denúnciação a lide;
- C) Litisconsórcio;
- D) Inépcia da petição inicial;
- E) Nomeação à autoria.

Questão 40

Uma ação de procedimento ordinária é proposta em face do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, representado pela Procuradoria-Regional Federal e uma sociedade empresária localizada em São Paulo, também representada por advogado próprio. O Juiz determina a citação dos 3 réus. A ação é ajuizada perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. No exame inicial, o Juiz julga extinto o feito, sem julgamento de mérito, por não ter o Autor providenciado o recolhimento das custas judiciais corretas, apesar de intimado para tanto. Vencido o prazo recursal, sem que este venha a ser apresentado, ajuíza o autor nova ação de igual objeto. No tocante aos fatos narrados, cabe aduzir que

- A) em face da coisa julgada material é impossível o ajuizamento da nova ação.
- B) em face da coisa julgada formal é possível o ajuizamento da nova ação.
- C) se o autor der causa, por três vezes, à extinção do processo por falta do recolhimento de custas, não poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- D) o ajuizamento de nova ação depende da anuência do Autor, cabendo a este, em preliminar de contestação, manifestar sua contrariedade.
- E) a sentença está equivocada, uma vez que o não recolhimento de custas importa em extinção com julgamento de mérito.

Questão 41

Qual foi a primeira norma legal a instituir a previdência social no Brasil?

- A) A Constituição de 1824.
- B) A Constituição de 1946.
- C) A Lei Áurea.
- D) A Lei Orgânica da Previdência Social de 1960.
- E) O Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, conhecido como Lei Eloy Chaves.

Questão 42

São contribuintes do PIS:

- I. templos de qualquer culto;
- II. partidos políticos;
- III. instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, que preencham as condições e requisitos do art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997;
- IV. sindicatos, federações e confederações;
- V. conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.

Quantas dessas indicações estão corretas?

- A) Todas estão corretas.
- B) Somente as duas primeiras.
- C) Somente a terceira e a quinta.
- D) Somente a segunda e a quarta.
- E) Somente a segunda e a terceira.

Questão 43

Para efeito de apuração da base de cálculo do PIS, podem ser excluídos ou deduzidos da receita bruta os valores

- I. das vendas canceladas;
- II. dos descontos condicionais concedidos;
- III. do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- IV. das reversões de provisões;
- V. das despesas decorrentes das vendas de bens do ativo permanente.

Quantas dessas indicações estão corretas?

- A) Apenas duas delas estão corretas.
- B) Apenas três delas estão corretas.
- C) Apenas quatro delas estão corretas.
- D) Todas elas estão corretas.
- E) Apenas uma está correta.

Questão 44

São isentas de PIS as receitas

- I. dos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista;
- II. da exportação de mercadorias para o exterior;
- III. dos serviços prestados a pessoa física ou jurídica residentes ou domiciliadas no exterior, cujo pagamento represente remessa de divisas;
- IV. do fornecimento de mercadorias ou serviços para uso ou consumo de bordo em embarcações e aeronaves em tráfego internacional, quando o pagamento for efetuado em moeda conversível;
- V. do transporte internacional de cargas e não de passageiro.

Quantas dessas indicações estão corretas?

- A) Apenas duas delas estão corretas.
- B) Apenas quatro delas estão corretas.
- C) Todas elas estão corretas.
- D) Apenas uma está correta.
- E) Apenas três delas estão corretas.

Questão 45

Com relação à base de cálculo do PIS, na forma do regulamento, está correta a seguinte afirmação:

- A) Não integram a base de cálculo o salário-família, o aviso prévio indenizado, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pago diretamente ao empregado na rescisão contratual e a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais.
- B) Integram a base de cálculo o salário-família, o aviso prévio indenizado, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pago diretamente ao empregado na rescisão contratual e a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais.
- C) Integram a base de cálculo o salário-família, o aviso prévio indenizado e não integram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pago diretamente ao empregado na rescisão contratual e a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais.
- D) Não integra a base de cálculo o salário-família, integrando a base de cálculo o aviso prévio indenizado, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pago diretamente ao empregado na rescisão contratual e a indenização por dispensa, independentemente de limites.
- E) Não integram a base de cálculo o salário-família, o aviso prévio indenizado, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pago diretamente ao empregado na rescisão contratual e a indenização por dispensa, independentemente de limites.

Questão 46

A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende de que períodos de carência?

- A) Aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial e abono de permanência em serviço: 180 (cento e oitenta) contribuições mensais;
- B) Aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 120 contribuições mensais;
- C) Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 24 (vinte e quatro) contribuições mensais;
- D) Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;
- E) Aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial e abono de permanência em serviço: 150 (cento e cinquenta) contribuições mensais.

Questão 47

Quanto ao cálculo do valor do benefício da Lei n. 8213/91, é correto afirmar que

- A) Será calculado com base no salário de benefício o valor do benefício de prestação continuada, inclusive o regido por norma especial e o decorrente de acidente do trabalho, exceto o salário-família e o salário-maternidade.
- B) Será calculado com base no salário de benefício o valor do benefício de prestação continuada, inclusive o regido por norma especial, exceto o salário-família e o salário-maternidade.
- C) Será considerado, para o cálculo do salário de benefício, o aumento dos salários de contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho.
- D) Serão considerados para cálculo do salário de benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, incluindo o décimo-terceiro salário (gratificação natalina).
- E) Será contada a duração se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, considerando-se como salário de contribuição, no período, o salário de benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.

Questão 48

Equipara-se a acidente de trabalho, para fins da Lei n. 6367/76

- A) o ocorrido em viagem a serviço da empresa, seja qual for o meio de locomoção utilizado, exceto veículo de propriedade do empregado;
- B) o acidente sofrido pelo empregado ainda que fora do local e horário de trabalho;
- C) a doença profissional ou do trabalho, assim entendida a inerente ou peculiar a determinado ramo de atividade e constante de relação organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- D) o acidente somente ligado ao trabalho que tenha tido causa única, haja contribuído diretamente para a morte, perda ou redução da capacidade para o trabalho;
- E) o ocorrido nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, quando o empregado não será considerado a serviço da empresa.

Questão 49

Com relação à contagem recíproca de tempo de serviço, na forma da Lei n. 8213/91, assinale a alternativa que contém uma afirmação correta.

- A) Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público não é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.
- B) O tempo de contribuição ou de serviço será contado de acordo com a legislação pertinente, sendo admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais.
- C) O tempo de contribuição ou de serviço será contado de acordo com a legislação pertinente, sendo contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro.
- D) O tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de um por cento ao mês e multa de doze por cento.
- E) Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

Questão 50

Com relação ao Regime da Previdência Social, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que

- A) serão devidamente atualizados, na forma de portaria ministerial, todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício.
- B) será disciplinada por Lei Complementar a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.
- C) é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- D) é assegurada, para efeito de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em portaria ministerial.
- E) não serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária os ganhos habituais do empregado, a qualquer título.

Questão 51

O recurso que tem por objeto, nos termos da Constituição Federal, o exame de decisão judicial que der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal chama-se

- A) recurso ordinário;
- B) recurso especial;
- C) recurso extraordinário;
- D) recurso de revisão;
- E) recurso de agravo.



Questão 52

Assinale a alternativa que mostra como se dá a composição de magistrados do Superior Tribunal de Justiça, nos termos da Constituição Federal.

- A) Um quinto dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um quinto dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal; um quinto, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente.
- B) Um quarto dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um quarto dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal; um quarto, em partes iguais, dentre advogados e um quarto dos membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente.
- C) Um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal; um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual e dos Territórios, alternadamente.
- D) Um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal; um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente.
- E) Um quinto dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um quinto dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal; um quinto, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual e dos Territórios, alternadamente.

Questão 53

A competência para ajuizar ações em face das ações contra decisões o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público é do(a)

- A) Superior Tribunal de Justiça;
- B) Tribunal de Contas da União;
- C) Supremo Tribunal Federal;
- D) Senado Federal;
- E) Câmara dos Deputados.

Questão 54

O Município de Itaguaí ajuíza Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei Federal nº xxx/2013, que regula o recolhimento de Imposto sobre Serviços, que estabeleceu alíquota máxima a ser cobrada, em função de serviços de fornecimento de merendas escolares. Esclarece o Autor que a referida Lei invadiu a competência exclusiva do Município, conforme disciplinado pela Constituição Federal. Em face do que foi narrado, está correta a seguinte alternativa:

- A) Os municípios figuram no rol de entidades legitimadas para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- B) Esta ação deve ser julgada procedente, uma vez que Lei Federal não pode se imiscuir nesta seara.
- C) Os municípios figuram no rol de entidades legitimadas, para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, porém esta deve ser proposta perante o Superior Tribunal de Justiça.
- D) A Constituição Federal não trata dessa questão.
- E) Os municípios não figuram no rol de entidades legitimadas para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Questão 55

Analise a lista a seguir e assinale a alternativa que aponta corretamente a composição do Conselho da República:

- I – o Vice-Presidente da República;
- II – o Presidente da Câmara dos Deputados;
- III – o Ministro de Estado da Defesa;
- IV – os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;
- V – o Presidente do Tribunal de Contas da União;
- VI – o Ministro Chefe da Casa Civil

Compõem o Conselho as pessoas que ocupam os cargos indicados nos itens

- A) I, II e IV.
- B) III, IV e V.
- C) I, II e VI.
- D) II, III e V.
- E) I, IV e V.

Questão 56

Cabe a Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional para a revisão e o cancelamento, perante o Supremo Tribunal Federal, de súmula vinculante daquela Corte?

- A) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante.
- B) A arguição de descumprimento de preceito fundamental não é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante, desde que esta tenha surgido mediante provocação de dois terços de seus membros.
- C) A arguição de descumprimento de preceito fundamental não é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante.
- D) A arguição de descumprimento de preceito fundamental não é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante, desde que esta tenha surgido de ofício, conforme determinado pela Constituição Federal.
- E) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante, desde que esta tenha surgido mediante provocação de dois terços de seus membros.

Questão 57

Competência de *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nos termos da Constituição Federal é do

- A) Supremo Tribunal Federal;
- B) Superior Tribunal de Justiça;
- C) Conselho Nacional da Justiça;
- D) Senado Federal;
- E) Tribunal de Contas da União.

Questão 58

No tocante à iniciativa popular no processo legislativo no âmbito estadual, nos termos da Constituição Federal, está correta a seguinte afirmação:

- A) Decreto disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.
- B) A lei veda a iniciativa popular no processo legislativo estadual.
- C) A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.
- D) A Constituição Federal veda a iniciativa popular no processo legislativo estadual.
- E) A Constituição Federal é omissa no que se refere à iniciativa popular no processo legislativo estadual.

Questão 59

Assinale a alternativa que caracteriza corretamente o Procurador-Geral da República, nos termos da Constituição Federal.

- A) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, conforme lista encaminhada pelos integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- B) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- C) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, conforme lista encaminhada pelos integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- D) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- E) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

Questão 60

O Banco Nacional S/A ajuíza, perante a 5ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, ação judicial em face da Caixa Econômica Federal, tendo por objeto a anulação de ato daquela entidade que cancelou todos os financiamentos imobiliários, concedidos a correntistas do Banco Autor, em função da existência de contas do FGTS. Referida decisão da Caixa Econômica Federal foi baseada em inconsistência de dados fornecida pelo Banco Nacional S/A. Com relação a esta ação judicial, é correto afirmar, no que se refere à competência do juízo, que

- A) a competência é da Justiça Estadual.
- B) a competência é da Justiça Federal.
- C) a competência é da Justiça do Trabalho.
- D) a legislação não disciplina a questão de competência.
- E) a competência dependerá de cláusula de foro, nos termos de convênio firmado entre o Banco Nacional e a Caixa Econômica Federal, referente a movimentação da conta vinculada do FGTS.

As questões 61 e 62 tomarão por base o seguinte texto:

A União Federal firmou, em 2010, pelo prazo de 2 anos, convênio com o Instituto de Assistência ao Menor Carente, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecido como de utilidade pública, visando à implementação de programa de educação ao menor, nas capitais brasileiras. No referido termo de convênio, a União Federal é designada como contratante e o Instituto de Assistência ao Menor Carente como contratado, constando, igualmente, como objeto a “prestação de serviços visando à implementação do ensino profissionalizante nas Capitais de Estado listadas no anexo.” Em face do teor do convênio, estipula este que o seu extrato não será publicado no Diário Oficial da União. Não consta do termo de convênio contrapartida por parte do Instituto de Assistência ao Menor Carente e o preço pactuado é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), cujo desembolso se fará mensalmente, a partir do recebimento, pela União Federal, de cada etapa do convênio. Terminada a vigência e efetuado o pagamento do valor em sua totalidade e de forma pontual, o Instituto de Assistência ao Menor Carente não apresentou, até o presente momento, sua prestação de contas.

Questão 61

Considerando as informações acima, qual a conclusão a que se pode chegar em relação à modalidade de pacto firmado?

- A) Não se trata de convênio, uma vez que em verdade se busca a prestação de serviços.
- B) Não se trata de convênio, uma vez que este não pode ser utilizado na área de educação.
- C) O pacto é um convênio uma vez que celebrado entre a União Federal e uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.
- D) O pacto é um convênio porque foi assim designado pela União Federal, a quem cabe a exclusividade de designar a nomenclatura dos acordos firmados.
- E) Não se trata de um convênio, uma vez que este somente pode ser firmado em âmbito regional e não em âmbito nacional

Questão 62

No tocante à cláusula referente à publicação no Diário Oficial, é correto afirmar que a ausência de publicação

- A) não é um vício, por se tratar de convênio.
- B) é um vício, uma vez que a publicação é obrigatória.
- C) não é um vício, por se encontrar na esfera de discricionariedade da União Federal.
- D) não é um vício, por envolver ensino profissionalizante de menor carente.
- E) é um vício, em face do valor pactuado, consoante determinado em Lei.

Questão 63

Considerando o término de um convênio, a ausência de prestação de contas, por parte de quem tem a obrigação para tanto, pode caracterizar

- A) improbidade administrativa que causa lesão ao erário por qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens.
- B) improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito por auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego.
- C) um ato que não tem relevância no Direito Administrativo.
- D) improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública por qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.
- E) um ato que não tem enquadramento Legal e que, portanto, constitui uma falta de caráter meramente discricionário, incapaz de gerar efeitos ou obrigações, devendo, entretanto, ser anotado nos registros da Administração, para futuros convênios a serem firmados.

Questão 64

No tocante aos efeitos do recurso administrativo, nos termos da Lei n. 9784/99, está correta a seguinte afirmação:

- A) Salvo disposição legal em contrário, o recurso tem efeito suspensivo. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, mediante caução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.
- B) A Lei n. 9784/99 não dispõe sobre os efeitos do recurso administrativo, cabendo a legislação específica sobre a matéria, podendo esta estabelecer o efeito suspensivo como regra geral, desde que respeitados os princípios constitucionais referentes à prestação de caução.
- C) Salvo disposição em contrário, o recurso tem efeito suspensivo. Havendo justo receio de dano irreparável e mediante requerimento fundamentado, com a devida prestação de caução, poderá o Ministério Público Federal determinar à Administração Federal a concessão do duplo efeito (devolutivo e suspensivo), cabendo cópia à Autoridade Judiciária competente.
- D) Salvo disposição em contrário, o recurso tem efeito suspensivo. Havendo justo receio de dano irreparável e mediante requerimento fundamentado, com a devida prestação de caução, poderá o Tribunal de Contas da União determinar à Administração Federal a concessão do duplo efeito (devolutivo e suspensivo), cabendo cópia à Autoridade Judiciária competente.
- E) Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Questão 65

Nos termos da Lei n. 9784/99, qual o prazo para a decisão de recurso administrativo?

- A) Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de sessenta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- B) Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- C) Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de vinte dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- D) Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de vinte dias úteis, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- E) Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias úteis, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

Questão 66

Com relação à convalidação, no âmbito do direito administrativo, e na forma como determinada pela Lei n. 9784/99, está correta a seguinte afirmação:

- A) A convalidação não é admitida pelo Direito Administrativo Brasileiro em face da prevalência do princípio da legalidade, estabelecido pelo artigo 37 da Constituição Federal.
- B) Em decisão na qual se evidencie o possível nível de lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- C) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- D) A revalidação é matéria inserta no campo da discricionariedade da Administração, de forma a atender o princípio da eficiência estabelecido pela Constituição Federal.
- E) A legislação é omissa quanto a esta matéria.

Questão 67

No tocante à desapropriação indireta, está correta a seguinte afirmação:

- A) A desapropriação indireta é um fato administrativo pelo qual o estado se apropria de bem particular, sem observância dos requisitos da declaração e da indenização prévia.
- B) A desapropriação indireta é um ato administrativo pelo qual o estado se apropria de bem particular, sem observância dos requisitos da declaração e da indenização prévia.
- C) A desapropriação indireta é um fato administrativo pelo qual o estado se apropria de bem particular, com observância dos requisitos da declaração e da indenização prévia.
- D) A desapropriação indireta é um ato administrativo pelo qual o estado se apropria de bem particular, com observância dos requisitos da declaração e da indenização prévia.
- E) A desapropriação indireta é um ato administrativo pelo qual o estado se apropria de bem particular, com observância do requisito da declaração, porém não da indenização prévia.

Questão 68

João Pedro, servidor público federal, ocupa o cargo de confiança de Chefe de Divisão no Departamento das Vias Urbanas, autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Transportes. Seu superior hierárquico determina a sua exoneração, fundamentando-a na falta de diplomação de nível superior, conforme consta em publicação no Diário Oficial de Município, nomeando Maria Alice Couves para o cargo, sob a argumentação de que a mesma é formada em Economia. João Pedro busca anular a decisão que o exonerou, comprovando ser formado em Direito e alegando estar Maria Alice Couves matriculada no curso de Economia. Em face destes fatos, o Poder Judiciário vem a determinar a anulação da referida exoneração. Com base nos fatos acima, é correto afirmar que a decisão proferida

- A) está correta em face da atribuição do Poder Judiciário em poder rever qualquer decisão, mesmo que discricionária.
- B) está equivocada, por se tratar de decisão discricionária.
- C) estaria correta, se não tivesse havido a nomeação de Maria Alice Couves.
- D) está correta em função da teoria dos motivos determinantes.
- E) está equivocada, uma vez que a fundamentação equivocada não macula os atos em comento.

Questão 69

No tocante à contratação direta com base na “celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão”, na forma da Lei n. 8666/93, dá-se a seguinte modalidade de contratação:

- A) Dispensa de licitação.
- B) Inexigibilidade de licitação.
- C) Contrato de Direito Civil Administrativo.
- D) Nula de pleno direito.
- E) Notoriedade de contratação, em face do objeto.

Questão 70

Com relação ao prazo excepcional, isto é, além do prazo máximo de vigência dos contratos administrativos, nos termos da Lei n. 8666/93, está correta a seguinte afirmação:

- A) Em função de decisão discricionária, devidamente justificada e mediante autorização da autoridade superior, o prazo poderá ser prorrogado por até seis meses.
- B) Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo poderá ser prorrogado por até doze meses.
- C) É vedada a prorrogação além do prazo de sessenta meses.
- D) Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo poderá ser prorrogado por até seis meses.
- E) Em função de decisão discricionária, devidamente justificada e mediante autorização da autoridade superior, o prazo poderá ser prorrogado por até doze meses.